

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Jan



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2904/2023



SERGIPE



Curtido por **vigilantes_se_oficial** e outras pessoas

sindivigilante *VIGILANTES PATRIMONIAIS DE SERGIPE, FECHAM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023*

Após mais uma rodada de negociação entre os Sindicatos Laboral e Patronal, Vigilantes Patrimoniais de Sergipe se reuniram em Assembleia Geral da categoria, na noite de hoje (30/12), na sede do Sindivigilante Sergipe.

O patronal propôs um reajuste de 8.91% no salário base, e 7.4% no vale alimentação.

A referida proposta foi debatida e aceita por unanimidade, pelos que estavam presentes.

Todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos anos anteriores foram mantidas, e novas cláusulas prevendo multas para as empresas que venham a descumprir quaisquer cláusula da presente Convenção foram inclusas em defesa dos direitos dos vigilantes de Sergipe.

VITÓRIA DA CATEGORIA!

Unidos Somos Fortes!

Aracaju, 30 de dezembro de 2022

Lula anuncia novo regime trabalhista que irá beneficiar os trabalhadores. Saiba o que muda

Assim como a cerimônia no geral, o discurso de posse do novo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. O petista aproveitou a ocasião para mencionar algumas novidades sobre o novo regime trabalhista e como ele irá beneficiar os trabalhadores.

LAURA ALVARENGA
REVISADO POR: VICTOR BARBOZA



Lula anuncia novo regime trabalhista que irá beneficiar os trabalhadores. Saiba o que muda. (Imagem: FDR)

No que compete ao futuro regime trabalhista, Lula declarou que pretende implementar uma nova legislação a fim de fomentar o empreendedorismo liberal enquanto assegura a proteção social. Contudo, as novas regras devem ser debatidas assim que as novas equipes sindical e empresarial se reunirem oficialmente.

Detalhes sobre as mudanças no regime trabalhista permanecem um mistério, embora já seja possível imaginar que devem enfrentar a resistência do Congresso Nacional caso a intenção seja mudar a base estabelecida pela reforma promulgada em 2017. Na ocasião, o regime promoveu maior liberdade de negociação entre empregador e empregado, visando a redução dos processos judiciais.

Durante a campanha eleitoral, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, já havia esclarecido que Lula não pretende rever o princípio do acordo sobre o legislado, nem mesmo o retorno do imposto sindical. Por ora, o petista apenas defendeu o controle pelo Estado de empresas estatais e bancos públicos no intuito de preservar o patrimônio nacional.

“Os recursos do País foram raptados para saciar a estupidez dos rentistas e de acionistas privados das empresas públicas”, disse Lula no discurso de posse.

Possíveis mudanças no regime trabalhista de Lula

A equipe de Lula pretende rever três pontos da reforma trabalhista realizada na gestão de Michel Temer. Em uma sinalização à ampla frente que o apoiou, o petista não vai propor revogação de todas as mudanças trabalhistas, como chegou a ser defendido no passado pelo partido.

De acordo com pessoas da equipe de transição envolvidas diretamente neste debate, os três pontos considerados fundamentais para serem revistos são:

O regime de trabalho intermitente, por hora de serviço;

A chamada ultratividade das normas coletivas;

A autorização para acordos firmados diretamente entre patrões e empregados sem o aval do sindicato da categoria.

Fonte FDR: <https://fdr.com.br/2023/01/02/lula-anuncia-novo-regime-trabalhista-que-ira-beneficiar-os-trabalhadores-saiba-o-que-muda/>

Lula efetiva troca no comando da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal

O governo Lula oficializou nesta segunda-feira (2/1) a troca de comando da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. O novo diretor-geral da PF será Andrei Augusto Passos Rodrigues, já o novo comandante da PRF será Antônio Fernando Souza Oliveira



Antônio Fernando Souza Oliveira (de terno) assume comando da PRF
Reprodução / FenaPRF

O Ricardo Garcia Cappelli também foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Por meio de nota, a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) parabenizou Antônio Fernando Souza Oliveira.

“A FenaPRF, entidade representativa da categoria em âmbito nacional, em nome das 20 mil famílias de PRFs ativos e aposentados, recepciona e congratula o PRF Antônio Fernando por sua nova missão e reafirma o comprometimento em manter a atuação da Federação isenta e em absoluta e irrestrita defesa dos homens e mulheres PRFs que efetivamente constroem a instituição PRF em seu caráter de importância e relevância junto à sociedade brasileira”, diz trecho da nota.

A atuação da PRF na eleição de outubro e durante os bloqueios golpistas provocou desgaste entre o antigo comando da instituição e o governo eleito.

Três dias depois de ser exonerado do cargo

de diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques se aposentou da corporação. A aposentadoria voluntária de Vasques, que tem 47 anos, foi publicada dia 23/12 no Diário Oficial da União.

Vasques já é réu por atos de improbidade administrativa, acusado de usar a influência do cargo para pedir votos para o presidente Jair Bolsonaro. Ele também é investigado por ações e bloqueios feitos pela corporação no dia do segundo turno, especialmente no Nordeste, o que teria dificultado o transporte de eleitores a locais de votação.

Por fim, Vasques é suspeito de ter apoiado o bloqueio de rodovias federais por bolsonaristas radicais, nos dias seguintes à eleição de Lula. A suspeita é de omissão por parte do ex-diretor, que não teria agido para desobstruir as estradas, desrespeitando, inclusive, decisões judiciais.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

STF valida lei paulista que proíbe fabricação e venda de armas de brinquedo

A União e os estados têm competência concorrente para legislar sobre Direito do Consumidor e proteção da criança e do adolescente. Assim, o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional uma lei de São Paulo que proíbe a fabricação e a comercialização de armas de brinquedo no estado. O julgamento foi feito por meio do Plenário Virtual

Reprodução



Ministros entenderam que norma trata de Direito do Consumidor e proteção da criança

O governo estadual alegou que a norma invadiu a competência da União para legislar sobre material bélico. Além disso, o tema já teria sido regulamentado pelo Estatuto do Desarmamento, que proíbe a venda e importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo.

Prevaleceu o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Segundo ele, a lei em questão é voltada ao Direito do Consumidor e à proteção

da criança e do adolescente, e não a materiais bélicos.

Sendo assim, a regulação pode ocorrer tanto em nível nacional quanto estadual.

Ficaram vencidos os ministros André Mendonça e Nunes Marques. Para eles, a lei paulista invadiu a competência da União para legislar sobre Direito Civil e Comercial. Com informações da assessoria de imprensa do STF.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

Novos registros suspensos, controle nas mãos da PF: decreto de Lula visa reverter explosão de CACs que atingiram um milhão de armas durante governo Bolsonaro

Governo pede recenseamento de armas à Polícia Federal, que ganha mais poder

Por Eduardo Gonçalves, Daniel Gullino e Bruno Abbud



Idolatria: submetralhadora em clube de tiro tem nome e imagem de Bolsonaro, que promoveu política armamentista Edilson Dantas / Agência O GLOBO

Os primeiros atos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva revelam que a Polícia Federal passará a ter um poder maior sobre o controle de armamentos no Brasil. Conforme o decreto publicado pelo governo nesta segunda-feira (2), o órgão vai realizar um grande recenseamento das armas em circulação no país, num período de dois meses. Com a medida, a PF acumula atribuições antes reservadas ao Exército, que é responsável atualmente pelo cadastro de Caçadores, Atiradores Esportivos e Colecionadores. O arsenal em posse de CACs experimentou um crescimento exponencial durante o governo de Bolsonaro.

Uma “varredura” será feita em todas as armas adquiridas a partir de 7 de maio de 2019. No início daquele ano, a gestão anterior editou os primeiros decretos flexibilizando a posse, o porte e a compra de armas. Desde então, o mercado cresceu. Sob Bolsonaro, os CACs chegaram a ser autorizados a comprar até 60 armas, algumas de uso restrito, como fuzis. Investigações da própria PF mostram que, depois disso, armas compradas por meios legais

foram parar na mão de facções criminosas.

— O recadastramento vai contribuir para identificar essas situações. Em alguns casos, a apresentação física das armas será imprescindível. Um dos efeitos do “liberou geral” foi a facilitação desse e de outros crimes — disse o novo ministro da Justiça, Flávio Dino, ao GLOBO.

O novo delegado-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, já determinou que esse assunto seja tratado pela Diretoria de Polícia Administrativa. Um grupo será criado para cuidar exclusivamente do recadastramento.

Escolhido por Dino para comandar a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira foi o responsável por coordenar os trabalhos durante a transição que resultaram no decreto de ontem. Segundo Pereira, o recenseamento permitirá que a PF identifique onde estão essas armas.

— A gente quer tentar entender qual é a quantidade de armas, quais não foram cadastradas e aonde elas foram parar — disse ele.

Tendência é centralizar

O recenseamento instituído pelo novo governo amplia os poderes da Polícia Federal, que funciona embaixo do guarda-chuva do Ministério da Justiça, sobre um mercado que se agigantou. E pode ter desdobramentos, com a possível descoberta de que itens bélicos foram desviados para criminosos.

Há outras mudanças que deverão ocorrer na área. A PF usa o sistema o Sinarm, enquanto o Exército usa o Sigma. Em breve, a operação pode ser centralizada.

— (A iniciativa) Aponta para uma centralização dos cadastros envolvendo civis na Polícia Federal, ainda que a concessão de CAC siga

sendo feita no Exército — afirmou o gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani.

O decreto de Lula, publicado ontem, também muda regras para frear a expansão de armas nas mãos de civis. O ato prevê que o cidadão terá que apresentar “comprovante da efetiva necessidade” do armamento para ter a compra autorizada. Pelas regras do governo Bolsonaro, bastava uma autodeclaração.

Outra alteração significativa é a proibição do transporte da arma carregada, que havia sido flexibilizado. Os CACs podiam transportar armas muniçadas até os clubes de tiro. “A guia de trânsito não autoriza o porte da arma, mas apenas o seu transporte, desmuniçada e acondicionada de maneira a não ser feito o uso e, somente, no percurso nela autorizado”, estabelece o decreto.

— Isso era o “porte abacaxi” que utilizavam para circular com essas armas fora dos clubes de tiro. A maioria das pessoas que se registrou como CAC nos últimos anos não o fez pelo esporte, mas pela possibilidade de circular armada — explicou o policial federal Roberto Uchôa, autor do livro “Armas para quem?”.

Entenda quais medidas estão valendo



Comparação — Foto: Editoria de Arte

Registros ativos de CACs

Registros ativos de CACs



Mais de 1 milhão de armas nas mãos de integrantes do grupo atualmente.

Registros ativos de CACs

Foto: Editoria de Arte

Grupo interministerial

O decreto também aponta para uma tentativa de combater a cultura armamentista. Jovens a partir dos 14 anos passaram a frequentar clubes de tiro com autorização dos pais. Pelas novas regras, isso só será possível a partir de uma autorização judicial. Pessoas entre 18 e 25 anos poderão frequentar locais autorizados pelo Exército, como já era previsto.

Também estão suspensos novos registros para CACs e clubes de tiro. A pausa será adotada até que sejam concluídos estudos de um grupo de trabalho que vai propor alterações no Estatuto do Desarmamento, num prazo de 60 dias. O grupo será interministerial e, além de integrantes da própria Justiça, contará com a participação de representantes da Defesa, da Fazenda e da Advocacia-Geral da União. Também terão presença a PF, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, entre outras entidades sem fins lucrativos.

FONTE: GLOBO

Ministro Barroso pede informações ao Congresso sobre regulamentação de emenda do piso de enfermagem

Como o texto constitucional prevê edição de lei para definir assistência financeira na aplicação do piso, o ministro pediu informações sobre o trâmite da norma para reavaliar liminar concedida anteriormente



O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou nesta sexta-feira (30) informações ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados sobre a tramitação do projeto de lei que irá regulamentar a Emenda Constitucional (EC) 127/2022, destinada a viabilizar o pagamento do piso salarial da enfermagem. A emenda prevê a regulamentação por lei federal quanto à assistência financeira aos entes da federação e a entidades filantrópicas para a concretização da medida.

O encaminhamento se deu na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7222, ajuizada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde). Em 16 de setembro, o STF referendou medida liminar para suspender os efeitos da Lei 14.434/2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira até a avaliação dos impactos esperados sobre a situação financeira dos estados e municípios, a empregabilidade e a qualidade dos serviços de saúde.

Emenda constitucional

No último dia 22, foi promulgada a EC 127/2022, a qual, entre outras medidas, prevê que compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e às entidades filantrópicas, e direciona o superávit de fundos públicos para custeio do piso.

“A exigência de regulamentação legal para a concretização da mencionada assistência financeira, ademais, parece estar em linha com a necessidade de definição, pelo legislador federal, dos critérios para distribuição dos valores entre tais entidades, da quantificação da assistência financeira, da forma e periodicidade dos repasses e dos mecanismos de controle”, ressaltou o ministro.

Para subsidiar a análise de pedidos tanto de revogação quanto de manutenção da medida liminar apresentados na ADI, o ministro Barroso solicitou as informações ao Congresso, considerando que a prestação da assistência financeira complementar, a ser definida por lei, está prevista na emenda como sendo a principal medida apta a permitir a aplicação do piso da enfermagem. “Entendo relevante ouvir o Senado Federal e a Câmara dos Deputados quanto à tramitação do projeto de lei regulamentadora e às condições de possibilidade da efetiva transferência de recursos da União para as entidades mencionadas no texto constitucional”.

Fonte: stf

Novos ministros que receberam seus cargos nesta segunda (2), prometem reconstrução

Até o dia 4 estarão empossados todos os ministros do governo Lula. Ministros que receberam a transmissão de cargos criticam gestão anterior e prometem mudanças. Confira a agenda das cerimônias de transmissão



Parte do ministério de Lula em anúncio de nomeação

Novos ministros do governo Lula já receberam e ainda irão receber seus cargos em cerimônias de transmissão nesta segunda-feira (2). Pela manhã e início da tarde foram oficialmente empossados os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Educação, Camilo Santana; da Saúde, Nísia Trindade, da Justiça, Flávio Dino e da Casa Civil, Rui Costa.

Também recebem seus cargos nesta segunda, os novos ministros Juscelino Filho (Comunicações); Daniela Carneiro (Turismo); Alexandre Padilha (Relações Institucionais);

Carlos Fávaro (Agricultura); José Mucio (Defesa); Esther Dweck (Gestão e Inovação); Luciana Santos (Ciência e Tecnologia); Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social); Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência da República); Márcio França (Portos e Aeroportos); Mauro Vieira (Relações Exteriores) Margareth Menezes (Cultura) e Jorge Messias (AGU). No total, serão empossados oficialmente nesta segunda, 18 novos ministros. Confira abaixo as cerimônias de transmissão de terça(3) e quarta-feira(4).

O que disseram os novos ministros

Primeira mulher a comandar o Ministério da Saúde, assim como também foi a primeira a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a socióloga e pesquisadora Nísia Trindade afirmou que sua gestão “será pautada pela ciência, pelo diálogo com a comunidade científica”.

Trindade afirmou que nos próximos dias serão revogadas “as portarias e notas técnicas que ofendem a ciência, os direitos humanos, os direitos sexuais e reprodutivos e que transformaram várias posições do Ministério da Saúde em uma agenda conservadora e negacionista”.

A ministra, no entanto, não detalhou quais são as medidas, mas citou a nota técnica que autorizou a prescrição de cloroquina e hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19, medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença.

“Vamos revogar toda a parte de saúde mental que contraria os preceitos que nós defendemos como humanização, da luta antimanicomial. A questão da saúde da mulher onde estão previstos retrocessos em relação ao que a própria lei define, questões ligadas ao financiamento também, mas isso terá que ser revisto com cuidado, de maneira que estados e municípios que receberam repasses não tenham nenhum prejuízo. Notas técnicas que contrariam as orientações científicas, tais como recomendação de uso de cloroquina, hidroxicloroquina, entre outras notas”, afirmou.

Nas palavras da ministra, a atual gestão será marcada “pela ciência e pelo diálogo com a comunidade científica”, em contraste ao “período de obscurantismo” marcado do governo de Jair Bolsonaro (PL).

A ministra destacou ainda o diagnóstico da saúde feito pela equipe de transição apontou desmonte de políticas e estruturas. Um “cenário desolador”, segundo ela. “O governo que ontem se encerrou nos trouxe um período de obscurantismo, de negação da ciência e da cultura, de valores emancipatórios”, afirmou Nísia, usando termo de Paulo Freire. Para Nísia, também é importante pensar em outras formas de relação entre religião, ciência e sociedade. “Penso que as lideranças religiosas terão um grande papel na transformação da sociedade numa perspectiva emancipatória e democrática.”

A gestão do governo anterior no combate à pandemia também foi criticado por ela. “O diagnóstico (da transição) é contundente”, prosseguiu a ministra. “Enfraquecimento da capacidade de coordenação do SUS pelo Ministério da Saúde e a desarticulação de programas, que resultaram numa resposta débil à pandemia”, afirmou, ao lembrar que o Brasil tem 11% dos casos e 2,7% da população mundial. “Esse cenário desolador vai além da pandemia”, lamentou. Em seguida, Nísia anunciou a formação de um grupo para analisar portarias antecipando possíveis revogações.

Em posse como ministro da Casa Civil, Rui Costa destacou que ‘povo quer brasileiro quer paz’. Ele anunciou a retomada imediata de programas como o Minha Casa, Minha Vida. Ele terá dois dias de encontros com todos as pastas, para definir urgências.

O slogan do novo governo brasileiro, “União e Reconstrução”, foi destacado pelo novo ministro em seu discurso. Costa enfatizou que será necessário unir o Brasil para recuperar o país do desmonte geral promovido pelo

governo anterior. “O povo brasileiro votou no Lula porque quer paz. E acho que todos prestaram atenção no slogan que ele escolheu no governo dele – ‘União e reconstrução’. Essas serão as duas palavras que simbolizarão este novo governo. Unir o Brasil, unir os diferentes. E unir significa intensificar os debates”, disse.

Ele apontou ao menos uma entre as principais políticas públicas a serem rapidamente iniciadas. “Quem tem muita pressa e ansiedade para ter casa para morar, o programa Minha Casa, Minha Vida, o Lula já anunciou que vai retomar. Temos centenas de casas prontas, com 95%, 98% (já concluídas). Casas prontas desde o governo Dilma, e não foram habitadas ainda. Isso é inadmissível, e elas serão todas habitadas ainda no primeiro semestre deste ano. Todas.”

Costa disse ainda que buscará “diálogo intenso” com o setor produtivo e com a sociedade. “A orientação do presidente Lula é discutir todos os fatores econômicos e sociais. A retomada de um país que vai crescer dialogando”, completou o ministro, ao destacar a intenção de abrir conversas para aproximar o agronegócio e a agricultura familiar.

Já Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais, destacou a necessidade de se reabilitar o ambiente de relação institucional, porque o governo Bolsonaro criou no Palácio do Planalto “uma máquina de fabricar guerra todos os dias”.

Esse ministério é o ministério do diálogo. Esse governo é do diálogo. Não existe alguém que vai falar de ‘metralhada’ contra a oposição. Essa época acabou”, declarou.

Todo o trabalho do novo governo passa pela tarefa de “unir e reconstruir o país”, continuou.

As urgências são o combate à fome, redução da fila do SUS, recuperação da educação, reconstrução dos órgãos de proteção ambiental e proteção ambiental, entre outras. O ministro das Relações Institucionais destacou também a importância da responsabilidade fiscal: “nem barbárie, nem insegurança econômica”.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez discurso no mesmo sentido. “Um estado forte não é um estado grande, um estado obeso; é um Estado que entrega com responsabilidade aquilo que está previsto na Constituição. Não queremos nem mais nem menos do que os direitos dos cidadãos respeitados. Isso inclui a responsabilidade fiscal”, disse.

Leia mais Haddad chama de “insanidade” rombo na economia de R\$ 300 bi deixado por Bolsonaro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Fávio Dino, ressaltou que apenas os fascistas querem exterminar quem pensa diferente e que vai buscar apuração do assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco, em 2018 e quem mandou matar.

“Apenas os fascistas querem exterminar quem pensa diferente. Os democratas sabem que as diferenças são necessárias, são imprescindíveis, porque só assim a sociedade se engrandece”, afirmou o ministro. Ele falou em proteção à Constituição e harmonia entre os poderes, “para que tenhamos o Estado de direito.

Também falou em diálogo, mas demarcou a questão. “Ponderação não significa leniência, conivência, omissão. Não significa fechar os olhos em relação ao que aconteceu. Significa firmeza, fazer com que cada um responda

de acordo com suas ações e suas omissões. Ponderação significa não ter medo”, definiu.

Flávio Dino também usou o termo “controle responsável sobre armas” ao se referir a decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o tema. “A nossa sociedade não pode ser governada pela lei do mais forte, por parâmetros de guerra. Armas nas mãos certas, e não liberou geral.”

Outro ministro que prometeu reconstrução na área foi Camilo Santana, novo ministro da Educação.

Agenda das cerimônias de transmissão

Na terça-feira (03/01) haverá a transmissão de cargos de:

Silvio Almeida (Direitos Humanos) – 10h – Local: Ministério dos Direitos Humanos

Luiz Marinho (Trabalho) - 10h – Local: Auditório do Bloco F da Esplanada dos Ministérios

Renan Filho (Transportes) – 11h – Local: Auditório do Bloco R da Esplanada dos Ministérios

Cida Gonçalves (Mulheres) – 11h30 - Local: CCBB

Paulo Pimenta (SECOM) -15h – Local: Palácio do Planalto

Jader Filho (Cidades) – 17h- Local: Esplanada dos Ministérios, bloco E

Vinicius Marques (CGU) – 18h – Local: CCBB

Quarta-feira (04/01)

Geraldo Alckmin (MDIC) - 04/01 - 11h – Local: Palácio do Planalto e;

Marina Silva (Meio Ambiente) – 04/01 – 16h – Local: CCBB.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Lula recebe presidentes e delegações estrangeiras

O dia de Lula está sendo repleto de reuniões com presidentes e representantes de delegações estrangeiras que vieram ao Brasil para a sua posse. O presidente vai comparecer na terça, por volta das 9h, no velório de Pelé, na Vila Belmiro, em Santos, segundo informações de sua assessoria de comunicação.

A agenda de Lula no Palácio do Itamaraty, em Brasília (DF), começou nesta segunda-feira pela manhã e vai até o início da noite. Na agenda constam reuniões com o Rei Felipe VI da Espanha; com os presidentes da Bolívia, Luis Arce Alberto Catacora; da Argentina, Alberto Ángel Fernández; do Equador, Guillermo Lasso; do Chile, Gabriel Boric Font; de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza; da República da Colômbia, Gustavo Petro; de Honduras, Iris Xiomara Castro Sarmiento; de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço; do Timor-Leste, José Ramos-Horta.

Lula também se reúne também com o vice-presidente da República Popular da China, Wang Qisha; o primeiro-ministro da República do Mali, Choguel Kokalla Maiga; o vice-presidente da República de Cuba, Salvador Antonio Valdés Mesa; o presidente do Conselho de Ministros da República do Peru, Luis Alberto Otárola Penaranda e o presidente da Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela, Jorge Rodrigues.

Com informações da RBA e Brasil de Fato

Fonte: Redação CUT | Editado por: Rosely

Rocha

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF